

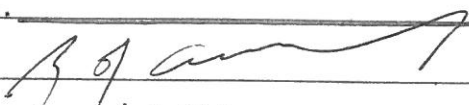

esclareceu que o documento fôra elaborado de acordo com as normas legais aplicáveis pelo que tal explicitação não cabia ali, contudo sempre que o desejasse sempre seria possível solicitar-lá junto dos serviços da Federação que teriam imenso gosto em facultá-la a quem quer que a solicitasse no tocante à habitação ou a outro qualquer sector.

Finda a apreciação, discussão e prestação de esclarecimentos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral procedeu à reconfirmação dos delegados presentes através de chamada nominal destes, confiando-se o número de votos (vinte e cinco), após o que se procedeu à votação do Relatório e Contas de Gestão do Ano de 2012 da Federação Portuguesa de Joleibol que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, e antes de dar por encerrados os trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu à apreciação e votação dos presentes a Acta da Assembleia Geral Ordinária do dia oito do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze que foi aprovada por unanimidade, mandando levantar a presente acta que depois de lida e aprovada hi ser assinada nos termos legais.

O Presidente:

O Secretário:

Acta da Assembleia Geral Ordinária

Aos sete dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze, pelas dez horas e trinta minutos teve lugar, na sede da Federação Portuguesa de Joleibol, no Auditório Fernando Jorge Araújo Jares, a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Joleibol, dando cumprimento à convocatória enviada aos sócios.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo

MX

seu Presidente, Rolando Nunes de Sousa e Vice-Presidente, Vasco Américo de Oliveira Costa Gonçalves.

Por ausência do secretário da Fea da Assembleia Geral a mesma foi secretariada pelo secretário geral do FIV Teodomiro Carvalho.

Em representação da Associação de Joleibol do Porto, estiveram presentes os delegados Joaquim Manuel de Oliveira Silveira, Maria Helena de Almeida Silveira, Marcelino das Condições, Tavares, Fernando Ricardo Palhares Ferreira e Pedro Manuel Pereira Aguiar da Associação de Joleibol de Braga, José Carlos Fota Vieira Pacheco; da Associação de Joleibol de Coimbra, Luís Jacóximo; da Associação de Joleibol da Guarda, Mário Nunes Ribeiro Suarna; da Associação de Joleibol de Alentejo, Paulo Daniel Guimarães de Pinho; da Associação de Joleibol de Siam do Castelo, José Henrique Fernandes João Serafim; da Associação de Joleibol de Viseu, Artur Bombinho de Lucena; da Associação de Joleibol da Ilha Terceira, Margarida de Fátima Pessoa Pires; da Associação de Joleibol de São Miguel, Hélio Jimis Aguiar Damanda e António José Fota Pimentel; da Associação de Joleibol da Ilha de Faial, Eduardo Manuel Andrade Gomes; da Associação de Joleibol da Ilha de Pico, Laura Cristina Azevedo Jora; da Associação de Joleibol da Ilha de Santa Maria, Vítor Zairos; da Associação Nacional de Treinadores de Joleibol, Nuno Ricardo Lopes Pereira Coelho e Rosa Correia de Feres Ferriel; da Associação Portuguesa de Árbitros de Joleibol, Manuel Domingos dos Condições Tavares e José Joaquim Cruz Rodrigues Ferreira; da Associação Árbitros de Joleibol, António José Conceição Joz de Castro e Avelino Corbal Simões Azevedo.

A direcção da Federação Portuguesa de Joleibol esteve representada pelo Presidente, Nuno Araújo e pelos directores António Sá e Fernando Rosas. Estiveram

presentes igualmente o Assessor Jurídico, Rogério Pedro Oliveira, o Economista da FPU, João Luno Ferreira, o colaborador da FPU, Luno Luno e o Secretário Geral, Teodemir Casulhe.

Antes de se iniciar a sessão, procedeu-se à verificação dos delegados presentes e à confirmação do número de votos (vinte e três).

No período que antecedeu a abertura do dia usou da palavra o delegado Avelino Azevedo da Associação de Árbitros de Futebol.

O delegado Avelino Azevedo levantou a questão da recepção dos documentos referentes à convocatória da Assembleia Geral bem como do Plano e Orçamento para o ano de 2014. Solicitou esclarecimentos sobre a falta de indiciamento em alguns jogos e orientação de alguns treinadores sem o grau correspondente para orientarem jogos da I Divisão. Afirmou estar preocupado com a falta de árbitros oficiais nos jogos da I Divisão.

O Presidente da FPU da Assembleia Geral usou da palavra para esclarecer o delegado da Associação de Árbitros de Futebol no que concerne à documentação da Assembleia Geral não recebida. Informou que os referidos documentos não foram levantados em tempo e prazo útil e, por conseguinte, foram devolvidos conforme relatório dos CTT, arquivado na pasta da Assembleia Geral.

O Presidente da Federação esclareceu as restantes questões levantadas por este delegado, afirmando que as regras referentes ao policiamento estão conforme a legislação em vigor e a ser cumpridas pelos clubes. Em relação aos treinadores, informou que a Federação Portuguesa de Futebol tem actuado e resolvido várias situações dentro daquilo que é a sua posição sobre a matéria e o quadro legal em vigor.

De seguida e antes de dar início aos trabalhos,

o Presidente da J.F.S. da Assembleia Geral submeteu à apreciação e votação dos presentes a Acta da Assembleia Geral Ordinária de dia sete do mês de Abril do ano de dois mil e treze, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Não houve mais intervenções no período antes da Ordem do Dia, e o Presidente da J.F.S. da Assembleia Geral deu andamento aos trabalhos, passando ao ponto único da ordem de trabalhos, conforme estabelecido na convocatória da Assembleia - Apreciação e votação do Orçamento e Plano de Actividades Anuais da Federação Portuguesa de Joleibol para o ano de 2014.

O Presidente da J.F.S. apresentou de um modo global o Orçamento e Plano de Actividades Anuais para o ano de 2014. Salientou algumas actividades que irão decorrer em Portugal durante o ano de 2014, nomeadamente a Poule de Qualificação para o Campeonato de Fundo de Seniores - masculinos, a Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa em 2015 de Seniores - masculinos, Poule de Apuramento de Juniores - masculinos para o Campeonato da Europa de 2014 e os jogos referentes à Liga Mundial, no que respeita ao Joleibol de Praia e Campeonato de Fundo de Sub19 - masculino e feminino e o Torneio da AOEI (Associação de Oeste Europeu de Joleibol - recentemente constituído e do qual fazem parte as federações de Portugal, Espanha, França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Itália e Holanda).

Evidenciou o novo programa já em andamento denominado "Jogos Praia", bem como o Campeonato Nacional de Joleibol de Praia de 4 x 4 para a Cadeles / Juvenis / Juniores a realizar em três fases. No que respeita ao Orçamento, informou dos cortes por parte do Governo e outras que poderão vir a acontecer, podendo, por tal motivo, o Orçamento ter

que sea modificado e/ou adoptado, conforme a decisão do Instituto Português do Desporto e Juventude.

O Presidente da federação começou a sua apresentação, disponibilizando-se para responder ao que os delegados tivessem por pertinente.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu de imediato as inscrições para esportes, informando os delegados que o Presidente do Jizergo, no fim de cada intervenção, esclareceria as questões levantadas naqueles.

O delegado da Associação de Joleibol de São Miguel, Hélio Jini's Aguiar Damende, solicitou esclarecimentos sobre o estado do processo que a federação tem com as finanças, bem como o valor das deslocações às Regiões Autónomas. Referindo um decréscimo acontido numa conta e um aumento semelhante noutra conta, perguntou se se trata apenas de uma questão técnica.

O delegado Evelino Azevedo, da Associação de Joleibol de São Miguel, questionou a razão pela qual algumas ações de formação programadas no anterior Plano não foram realizadas. Quais os critérios utilizados para a sua não realização.

A delegada da Associação de Joleibol da Ilha Terceira, Margarida Fizes, perguntou, embora seja certo que a Região Autónoma dos Açores apóia os vários cursos aí realizados, da possibilidade de a FPU também organizar os custos destes cursos.

Finda as intervenções dos delegados, o Presidente da federação começou por esclarecer a questão colocada pelo delegado da Associação de Joleibol de São Miguel, Hélio Damende, afirmando que o processo da FPU com as finanças está a decorrer e não há qualquer resolução de relevância até ao momento.

Referente ao valor das deslocações às Regiões Autónomas, o mesmo mudou de conta apenas, devido à alteração

MX

do procedimento em relação aos Clubes.

O esclarecimento solicitado pelo delegado da Associação de Árbitros de Futebol, Avelino Aguiar, e Presidente informou que os cursos são realizados de acordo com as necessidades.

O Presidente da FPU esclareceu a delegada da Associação de Futebol da Ilha Terceira, Margarida Pires, que a FPU apenas organiza cursos de formação a realizar no continente, dentro os critérios que são conferidos.

Finda a apreciação, discussão e esclarecimento às questões levantadas, procedeu-se de imediato à votação, tendo o Orçamento e Plano de Actividades Anuais da Federação Portuguesa de Futebol para 2014 sido aprovados por unanimidade.

Desejando a todos os presentes e seus familiares os votos de boas festas e de um próspero Ano de 2014, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrados os trabalhos, mandando fazer a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos legais.

O Presidente: 

O Secretário em Execução: 